



Programa de Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos - ADAI

Relatório Técnico Final

Projeto Conservação de documentos do fundo Catullo Branco

Projeto nº 013/2007

Período de execução: 26/11/2008 a 26/07/2009

Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento

Ricardo Toledo Silva

Presidente do Conselho Curador

Mariana de Souza Rolim

Superintendente Executiva

Marcia Pazin

Gerente de Documentação e Projetos

Coordenação do Projeto

Maria Blassioli Moraes

Coordenadora do Núcleo de Documentação e Pesquisa

Responsável técnico pelo desenvolvimento do projeto

Leandro Lopes Pereira de Melo

Conservador – restaurador, supervisor da área de Conservação do Núcleo de Documentação e Pesquisa

14 de agosto de 2009

Sumário

1. Apresentação	03
2. Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	03
2.1 Núcleo de Documentação e Pesquisa	07
3. O fundo Catullo Branco	08
3.1 Procedência	08
3.2 Âmbito e conteúdo	09
4. Tratamento técnico	11
4.1 Equipe	11
4.2 Documentação fotográfica	12
4.3 Documentação textual e Biblioteca	14
4.4 Documentação cartográfica	17
5. Divulgação e acesso	19
6. Contribuição do projeto para a preservação e divulgação do arquivo	19
ANEXO I – Plano de Classificação	
ANEXO II – Artigo “Fundo Catullo Branco: os desafios no desenvolvimento da organização arquivística”	
ANEXO III - Informe econômico e notas fiscais autenticadas	

1. Apresentação

Este relatório visa apresentar as atividades de tratamento técnico desenvolvidas para o projeto de Conservação dos documentos do Fundo Catullo Branco, cujas ações desenvolveram-se entre dezembro de 2008 e julho de 2009. Neste período, os documentos textuais, fotográficos e cartográficos passaram por diagnóstico, higienização e acondicionamento. Na ocasião também foi possível higienizar os livros que compunham a Biblioteca de Catullo Branco. As atividades do projeto foram desenvolvidas pela equipe de Conservação do Núcleo de Documentação e Pesquisa, da Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, com apoio financeiro do Programa ADAI - Programa de Apoio al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos.

2. Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento

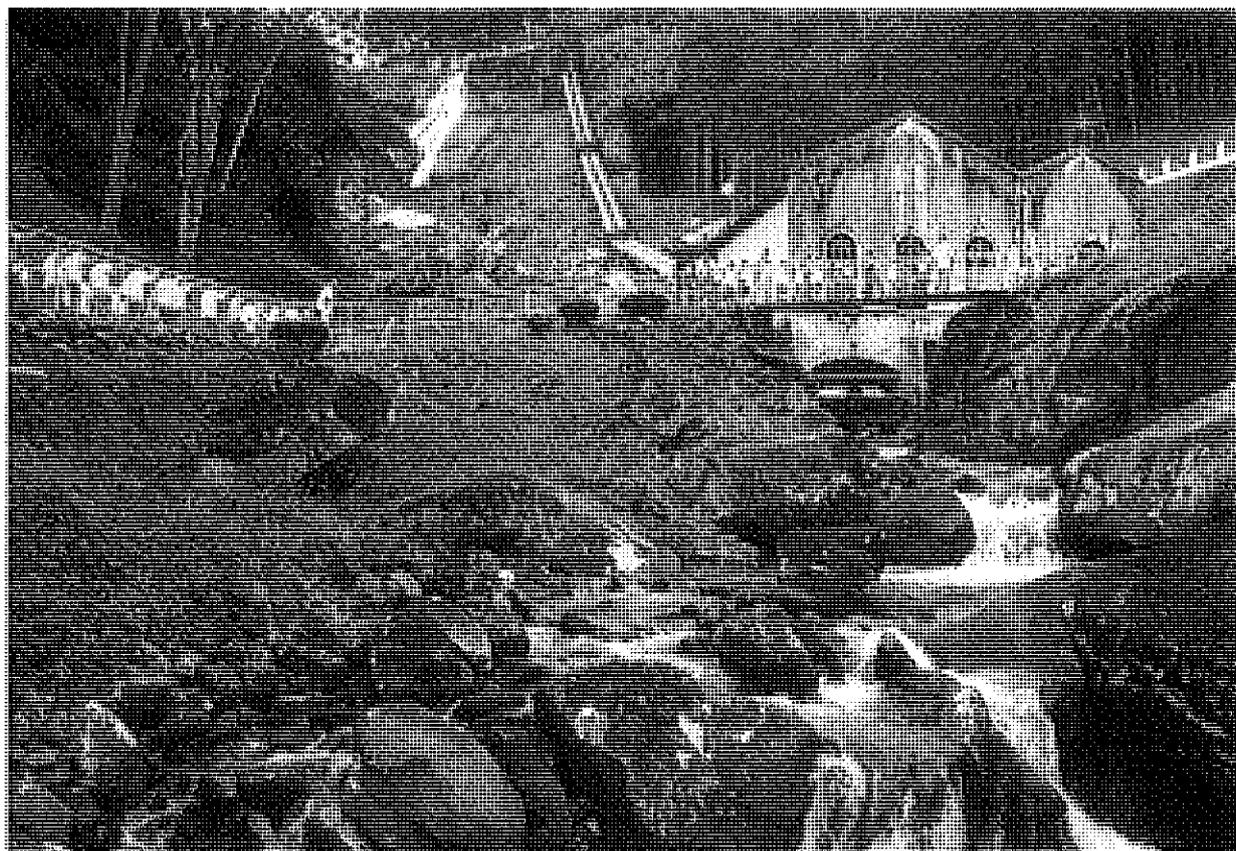
A Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, instituída em março de 1998, como organização de direito privado e sem fins lucrativos, resultou de esforços da Secretaria de Estado de Energia do Governo do Estado de São Paulo e da direção de companhias energéticas para a preservação do patrimônio histórico do setor de energia elétrica. Em 2003, qualificou-se como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, reafirmando sua atuação no Estado de São Paulo e no Brasil.

Em dezembro de 2004, foi estabelecida parceria com outra empresa estatal, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, que passou a integrar o rol de mantenedoras da Fundação. Neste momento, a Fundação agregou a missão de estabelecer e organizar o patrimônio histórico do setor de saneamento ambiental no Estado.

A Fundação tem como missão preservar e divulgar o patrimônio arquivístico, bibliográfico, museológico e arquitetônico acumulado por empresas públicas e privadas relacionadas à energia e ao saneamento, através de projetos de educação e cultura com clara função social, através da prestação de serviços relacionados ao apoio à pesquisa ao arquivo permanente, serviço educativo, cursos, organização de arquivos, sistemas informatizados, elaboração e execução de publicações, de exposições e de projetos de pesquisa.

Seu patrimônio arquitetônico é composto por seis imóveis doados por empresas do setor energético e que documentam as ações pioneiras de implantação da indústria de energia no Estado de São Paulo. Quatro desses imóveis são pequenas centrais hidrelétricas, localizadas em

sítios de particular importância ambiental: a Usina-Parque de São Valentim, em Santa Rita do Passa Quatro, usina colocada em funcionamento em 1910; a Usina-Parque do Jacaré, localizada em Brotas, inaugurada em 1944; a Usina-Parque do Corumbataí, localizado em Rio Claro, inaugurada em 1895; a Usina-Parque de Salesópolis, em Salesópolis, São Paulo, inaugurada em 1913 e os edifícios dos Museus da Energia de Itu e de Jundiaí, todos no Estado de São Paulo. A Usina Parque do Corumbataí e a Usina Parque de Salesópolis possuem programas e roteiros de visitação para público espontâneo e escolar, voltados para a educação ambiental e para o uso da energia e seus impactos ambientais. As duas usinas voltaram, em 2008, a gerar energia.



Usina – Parque de Salesópolis, Salesópolis (SP).



Edifício – Parque da Comunidade, Rio Claro (54”).

Na cidade de São Paulo, no bairro de Campos Elíseos, o conjunto de edifícios conhecido como Casarão Santos Dumont abriga, desde 2005, a sede paulistana do Museu da Energia e a sede administrativa da Fundação.



À esquerda, a sede da Fundação Energia e Saneamento e à direita, o Museu da Energia de São Paulo.

Autoria: Caio Mattos



Museu da Energia de São Paulo. Autoria: Caio Mattos

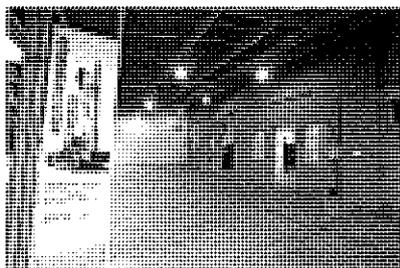
O acervo museológico é composto por mais de 3000 objetos provenientes das empresas de energia do estado de São Paulo como Eletropaulo, Cesp, Comgás e de doações de particulares. Dentre eles destacam-se equipamentos e utensílios domésticos, mobiliário, instrumentos de medição e objetos de iluminação referentes à história da geração, distribuição e aplicações da energia elétrica e do gás canalizado, produzidos entre o final do século XIX até a década de 80 do século XX. As reservas técnicas situam-se nos núcleos do Museu da Energia, localizados em Jundiaí e em Rio Claro. Esses objetos são de grande representatividade da cultura material referente à evolução tecnológica dos parques industriais das empresas do setor e do desenvolvimento de objetos de uso cotidiano, como os eletrodomésticos.

A Fundação também é responsável pelo gerenciamento do Parque Caminhos do Mar – Pólo de Ecoturismo, localizado na Serra do Mar, em São Paulo. A área, que comporta monumentos históricos e uma vasta vegetação é aberta a visitação pública.

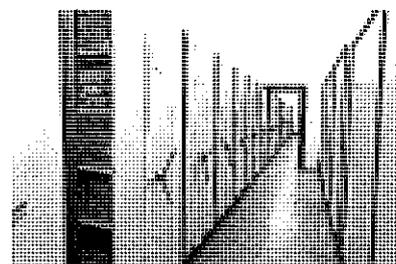
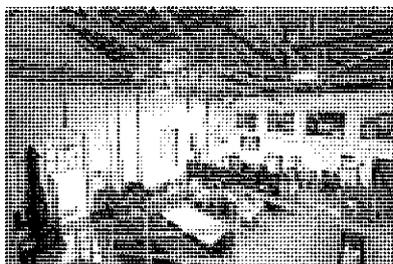
No Núcleo de Documentação e Pesquisa, também na cidade de São Paulo, o público tem acesso ao acervo bibliográfico e arquivístico, este último composto por fundos abertos e fechados e por coleções de pessoas físicas e jurídicas que têm sua trajetória relacionada à geração e

distribuição de energia no Estado de São Paulo e no Brasil. A Fundação Energia e Saneamento concede acesso público ao acervo relacionado diretamente à História da Ciência e da Tecnologia e atrelada à compreensão sobre o desenvolvimento urbano e industrial paulista. Procura, através de seus equipamentos, contribuir decisivamente com a divulgação científica e com a construção do conhecimento, através de parcerias com universidades e com instituições públicas e privadas.

2.1 Núcleo de Documentação e Pesquisa



Arquiteta: Cláudia Múgica



O Núcleo de Documentação e Pesquisa reúne o conjunto de áreas técnicas responsáveis pela organização, conservação e reprodução do acervo arquivístico e bibliográfico da Fundação e pelo atendimento aos pesquisadores, tanto externos quanto internos, que utilizam o acervo para o desenvolvimento de pesquisas. Atualmente, o Núcleo de Documentação e Pesquisa ocupa espaço cedido pela Eletropaulo em comodato, nas oficinas do bairro do Cambuci (São Paulo), local onde anteriormente também funcionou a sede da Fundação Energia e Saneamento.

O acervo arquivístico é composto por 35 conjuntos documentais (fundos abertos, fechados e coleções) que compreendem 1,5 quilômetros de documentos textuais, 254 mil documentos fotográficos, 10 mil documentos cartográficos, 2.354 documentos audiovisuais e 291 documentos sonoros que datam do final do século XIX até o início do século XXI. Os conjuntos documentais foram acumulados por empresas de energia do estado de São Paulo como Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A (1889-1998), empresa que incorporou o arquivo da antiga The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd; Companhia Energética de São Paulo – Cesp (1966-1999); Companhia de Gás de São Paulo – Comgás (1881-2002); The City of Santos Improvements Company, Ltd (1890-1967); S/A Central Elétrica Rio Claro – SACERC (1901-1966); Empresa Elétrica de Itapura S/A (1920-1969) entre outros e arquivos pessoais como de engenheiros que desenvolveram atividades relacionadas à produção de energia. Os arquivos pessoais são relacionados a engenheiros como Catullo Branco (1901-1988), Adolpho Santos Junior (1900-

1991) e Paolo Zingales (1950-1970), que participaram da elaboração e execução de projetos de usinas hidrelétricas no estado de São Paulo.

As coleções são compostas de fotografias registradas por fotógrafos amadores e que apresentam o cotidiano e o desenvolvimento da cidade de São Paulo entre as décadas de 1910 e 1980.

Os recolhimentos destes fundos aconteceram a partir de 1998, após a criação da Fundação Energia e Saneamento e frequentemente passam por incorporações.

A biblioteca, especializada em história da energia no Brasil e sobre o desenvolvimento urbano de São Paulo, conta com 20 mil títulos que têm sua data inicial em 1848. Este acervo também deve sua origem aos acervos que pertenceram à antiga The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd., ao Centro de Memória da Comgás, à Cesp, assim como aos engenheiros do setor energético como Paolo Zingales, Lindolfo Ernesto Paixão e Catullo Branco, dos quais também recebemos os arquivos pessoais

A área de Conservação e Preservação é responsável pelo tratamento dos documentos para fins de acesso e para sua preservação. Na organização do acervo nos preocupamos em qualificar o acesso aos documentos através de eficientes inventários, da atualização do guia do arquivo e do catálogo da biblioteca.

3 Fundo Catullo Branco

3.1 Procedência

Pouco após a morte de Catullo Flaquer Branco, em 1987, iniciaram-se os processos de doações, quando seu acervo foi fragmentado entre diferentes instituições, escolhidas segundo a área de interesse sobre o conjunto documental. O titular do conjunto desenvolveu, de um lado, intensa atividade política devido a sua atuação junto ao Partido Comunista do Brasil - PCB e, por outro lado, atuou profissionalmente, como engenheiro, no desenvolvimento de projetos relacionados à produção de energia hidrelétrica e eólica. Portanto, seu arquivo, espelhando estas atividades, foi segmentado em dois grandes conjuntos – atividade política e atividade profissional. Um segmento do fundo Catullo Branco, relacionado a sua atividade política, foi doado ao Instituto Astrojildo Pereira, fundado por membros do PCB, em 1985, com o objetivo de debater e difundir a cultura marxista e de preservar a memória da entidade. Em 1992, o PCB mudou seu programa e,

portanto, também sua denominação para Partido Popular Socialista (PPS). Neste momento, o Instituto Astrojildo Pereira transferiu o acervo, em forma de custódia, para o Centro de Documentação e Memória - CEDEM/ UNESP e para o Arquivo Edgard Leuenroth - AEL/ UNICAMP. Um problema observado pelos técnicos destas instituições foi o de identificar a proveniência dos documentos, uma vez que, conjuntos de diferentes origens foram agregados ao arquivo e à Biblioteca do PCB. No CEDEM, os técnicos conseguiram identificar, até aonde foi possível, documentos que pertenciam ao fundo Catullo Branco.

Outro segmento do fundo Catullo Branco e que se refere a sua atividade profissional, foi entregue para a Companhia Energética de São Paulo – CESP¹ a "título precário"² em 08 de dezembro de 1988 e no ano seguinte se transformou em doação. São documentos textuais, iconográficos, cartográficos, tridimensionais e parte da Biblioteca. A partir de 1998 e devido ao processo de privatização das empresas energéticas, parte do arquivo permanente da CESP, assim como o fundo Catullo Branco, foi transferido para a recém criada Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento.

Zillah Murgel Branco, sobrinha de Catullo Flaquer Branco, foi responsável pela doação de seu arquivo e de sua biblioteca para instituições custodiadoras³ destes acervos.

3.2 Âmbito e conteúdo

O Fundo Catullo Branco é composto pela documentação produzida pelo engenheiro Catullo Branco ao longo de sua atividade profissional como engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, de sua atividade política, de sua produção intelectual e documentos como correspondência e fotografias relacionadas à sua família. O conjunto documental compreende o período entre 1901 a 1988.

¹ A Centrais Elétricas de São Paulo S.A, CESP, foi criada em 1966 como resultado da fusão de 11 companhias energéticas. Entre 1968 e 1975, outras três companhias integraram a CESP e, em 1977, ocorreu a mudança de sua razão social, passando a denominar-se Companhia Energética de São Paulo. Em 1998, como resultado da privatização, a CESP passou por cisão, quando foram privatizadas duas empresas de geração cindidas: a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema S.A e a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, AES Tietê.

² Memorando ADC – 042/88. Resposta redigida pela advogada Neuza Miguel Magalhães, em 01 de julho de 1989, quanto ao questionamento sobre o instrumento de doação do arquivo de Catullo Branco para a CESP. Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento.

³ "Responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade." Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 62.

Apesar de grande parte da documentação resultar da atuação de Catullo Branco como engenheiro, uma pequena parcela, mas significativa, refere-se à sua atuação no Partido Comunista do Brasil e como deputado estadual. Destacamos a existência de correspondência com outros membros do Partido e da Assembléia Constituinte, textos de discursos e de palestras proferidos durante campanhas eleitorais, panfletos, manifestos, faixas e bandeiras com palavras de ordem.

A importância da documentação do fundo Catullo Branco se dá tanto por suas particularidades, como por sua complementaridade com outros fundos da Fundação. Um exemplo desse fato é o Fundo Paolo Zingales que, doado à Fundação pelo titular em 2006, é composto de documentação referente à sua atividade profissional em empresas de engenharia no Brasil e no exterior. Constam documentos referentes aos projetos em que esteve envolvido, como o da construção da Usina de Barra Bonita. Constam desse conjunto, desenhos técnicos de aspectos da usina, projetos, relatórios, além de registros fotográficos de acompanhamento das obras. Já no fundo Catullo Branco consta o projeto original da Usina de Barra Bonita.

O fundo Catullo Branco é composto de 24 metros lineares de documentos textuais, 529 documentos cartográficos, de clichês tipográficos e 1.008 documentos fotográficos, como álbuns com ampliações, negativos em filme e em vidro, diapositivos e fotografias avulsas.

A documentação textual compreende correspondência pessoal e profissional, artigos para jornais e revistas, comunicações proferidas em palestras, congressos e simpósios, de autoria de Catullo e de outros autores, rascunhos e minutas de livros, dossiês de projetos de engenharia, separatas de revistas, desenhos técnicos, relatórios de atividades, gráficos, panfletos, prospectos, textos de referência, recortes de jornais e de revistas, entre outros.

A documentação cartográfica do Fundo Catullo Branco é composta por plantas, mapas e desenhos técnicos referentes aos projetos nos quais ele esteve envolvido e material de referência para demais estudos, além de documentação referente à sua atividade acadêmica como aluno da Escola Politécnica de São Paulo.

A documentação fotográfica compreende registros fotográficos de viagens, de lazer e de trabalho, de familiares e de amigos. Registram aspectos de usinas e de barragens no Brasil e no exterior e os estudos de campo sobre a produção de energia por fontes alternativas.

Os cerca de 250 clichês tipográficos são gráficos, tabelas, imagens de usinas e barragens que foram utilizados por Catullo Branco em suas publicações.

As publicações compreendem livros e revistas relacionados à produção de energia elétrica, engenharia hidrelétrica, aproveitamento de recursos naturais, crise de energia elétrica,

concessões de serviços públicos a empresas estrangeiras, entre outras questões referentes à sua atividade profissional. Estes documentos constituíam a biblioteca de Catullo Branco, sendo que, outros segmentos da sua biblioteca encontram-se no Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP e no Arquivo Edgard Leuenroth - AEL/ UNICAMP. Dentre os periódicos existentes podemos citar coleções de revistas: Revista Politécnica, Boletim do Instituto de Engenharia, Boletim Informativo da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Pernambuco e Revista de Engenharia.

4. Tratamento Técnico

Em janeiro de 2007 o fundo Catullo Branco começou a ser tratado pela equipe do Núcleo de Documentação e Pesquisa, com a realização do diagnóstico sobre as condições de organização do conjunto documental, a identificação dos documentos, a elaboração do plano de classificação (ANEXO I), a ordenação, o registro da notação nos documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa como Inventário e catálogos. Este processo de trabalho foi desenvolvido durante o ano de 2007 e se estendeu até março de 2008. Durante a realização dos estudos iniciais sobre a procedência, história arquivística e organização da documentação, elaboramos um artigo sob tal procedimento, que foi apresentado no IV Encontro do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CEDAP, UNESP, em Assis e publicado na Revista eletrônica Patrimônio e Memória, v.3, n.1, 2007. (ANEXO II)

As atividades de conservação dos documentos do fundo tiveram início em dezembro de 2008. Durante os oito meses de duração das atividades do projeto realizamos o diagnóstico, a higienização e o acondicionamento dos documentos que compõem o fundo Catullo Branco. Para tanto, adquirimos materiais específicos para tais atividades como produtos e instrumentos para realizar a higienização e papéis e caixas para o acondicionamento primário e secundário. Foi realizado, inicialmente, o tratamento dos documentos fotográficos e num segundo momento dos textuais e, posteriormente, dos cartográficos. A seguir detalhamos todos os procedimentos técnicos executados.

4.1 Equipe

A equipe de Conservação do Núcleo de Documentação e Pesquisa que realizou as atividades de conservação é composta por três estagiários que atuam durante 20 horas semanais, um

técnico conservador com dedicação diária de cinco horas de trabalho e um conservador que realiza a supervisão e coordenação das atividades da área.

Para a realização das atividades, a equipe de estagiários passou por constantes treinamentos ministrados pelo técnico em conservação e pelo supervisor da área.

4.2 Documentação fotográfica

O tratamento da documentação fotográfica teve início com o preenchimento de um diagnóstico em planilha do Microsoft Excel, com descrição física (cromia, polaridade, dimensões) e problemas de conservação de cada um dos documentos tratados.

A documentação fotográfica possui 1008 itens. Foram identificadas fotografias em papel de gelatina e prata, em preto e branco, e em papel de gelatina e corantes (em cores), avulsas ou montadas em álbuns ou bifolios. Há negativos e diapositivos em filmes de gelatina e prata e de gelatina e corantes. Não foi possível, neste momento, identificar com precisão quais as bases plásticas dos filmes. Há também negativos em gelatina e prata sobre vidro. Alguns documentos apresentavam danos como amassados, dobras, perfuração, rasgos, vincos, enrolamento ou ondulação. Nas imagens também foram encontradas manchas, perda da imagem, fungos, alteração de cor (nas imagens coloridas), espelhamento (nas imagens em preto e branco), adesivos e elementos externos como cliques e grampos.

As ampliações e os contatos em papel foram higienizados utilizando-se soprador e pincel com cerdas macias no lado da emulsão e através de higienização mecânica com trincha e aplicação de esponja de borracha ("Pet Rubber"), a seco, no verso. Ocorreram algumas intervenções que se mostraram necessárias como remoções de oxidação na frente e no verso, remoção de papel aderido na emulsão e no verso, aplanamento de duas fotografias com extremidades enroladas e consolidação de rasgos. As fotografias avulsas foram acondicionadas em jaquetas de poliéster e em pastas de polipropileno corrugado de cor cinza. Os álbuns fotográficos foram higienizados com soprador e por varredura com trincha de cerdas macias e nas folhas foi usado o mesmo procedimento, só utilizando a borracha de conservação para limpeza quando necessário e possível. Depois os álbuns foram acondicionados em envelopes em cruz de papel Filifold Documenta 300 g/m² e em pastas de polipropileno corrugado na cor cinza.

Os negativos e os diapositivos em filme foram higienizados com soprador e com lenço não-abrasivo Pec Pad. Os fotogramas avulsos foram acondicionados em envelopes em cruz de papel Filiset Neutro 68 g/m² e os fotogramas em tiras foram acondicionados em envelopes com aba

superior, costuras nas laterais e entrefolhamento, no mesmo material. Os filmes embalados foram guardados verticalmente em caixas de cartão rígido revestido internamente em Tyvek e externamente em Percalux. As molduras dos diapositivos foram higienizadas com álcool etílico absoluto 99,5% P.A. e os vidros das molduras com solução de álcool etílico em água deionizada a 70% e acondicionadas em pequenas caixas de papel Filifold Documenta 300 g/m².

Foi necessário realizar o aplanamento de tiras de negativos em 35mm e em 6x6cm que estavam enrolados. O aplanamento aconteceu através de câmara de umectação, montada em bandeja com grelha plástica sobre folhas de papel mata-borrão embebidas em água destilada e álcool etílico absoluto 99,5% P.A. na proporção estimada de 150ml de água destilada e 25ml de álcool de acordo com a temperatura ambiente, sempre com a umidade relativa monitorada por higrômetro analógico. Em seguida foi realizado o aplanamento entre folhas de papel mata-borrão limpas e secas, telas finas de nylon, placas de vidro e pesos leves. Devido à umectação, durante o período de aplanamento o papel mata-borrão foi trocado por outro seco, pois a umidade dos negativos é absorvida por este. Se depois deste procedimento o negativo permaneceu enrolado, voltou para a umectação e passou por este processo até estar pronto para o acondicionamento. O aplanamento foi considerado necessário para favorecer a preservação e o acondicionamento adequado aos documentos, evitando a aderência das espiras existentes quando os mesmos estavam enrolados, favorecendo seu manuseio e garantindo o acesso ao conteúdo das imagens, que agora podem ser consultadas e reproduzidas.

Durante o diagnóstico foi reconhecido um caso de negativo enrolado com presença de pontos de tinta de caneta esferográfica. Este negativo foi tratado separadamente e a remoção da tinta foi realizada com álcool etílico absoluto 99,5% P.A.. Toda a tinta foi removida e após este procedimento o negativo também foi levado a umectação e aplanamento.

Os 10 negativos em vidro passaram por higienização com soprador no lado da emulsão e aplicação de solução de álcool etílico em água deionizada a 70% no lado do vidro. Foram acondicionados em envelopes em cruz de papel Filiset Neutro 68 g/m², caixas em cruz de papel Filifold Documenta 300 g/m² e caixas de polipropileno corrugado, para armazenamento vertical.

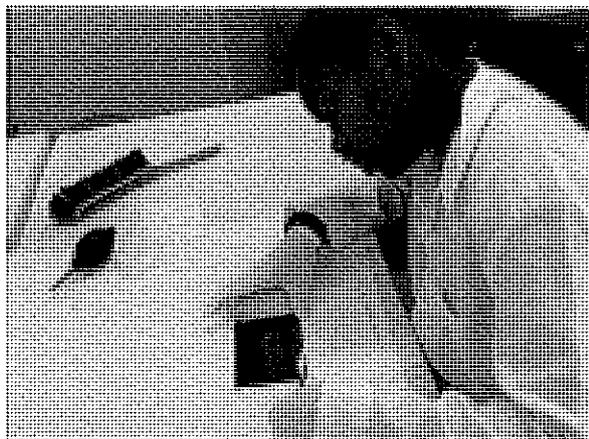
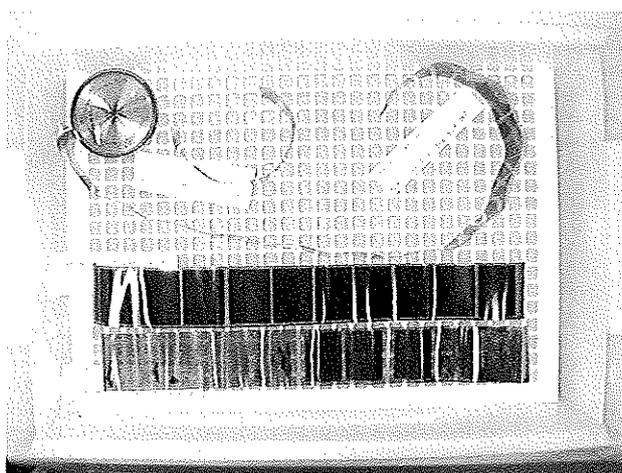


Foto à esquerda, higienização de negativo de vidro e foto à direita, higienização de ampliações. Autoria: Caio Mattos



À esquerda, câmara de unectação para aplanamento de negativos e à direita, ampliações acondicionadas em jaquetas de poliéster.

4.3 Documentação Textual e Biblioteca

Entre a documentação textual e bibliográfica existe uma diversidade de espécies como livros, folhetos, periódicos, cartas, contas, plantas, projetos, desenhos técnicos e desenhos artísticos, relatórios, artigos, anotações, rascunhos, catálogos, tabelas, cartões de visita, levantamento topográfico, avisos, entre outros.

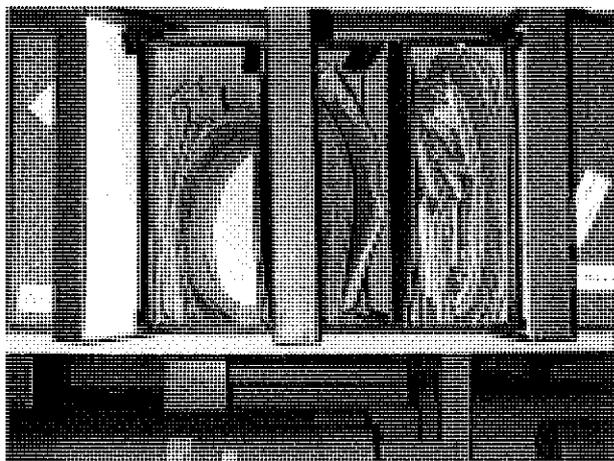
Muitos documentos possuíam cliques, grampos, fita adesiva e estavam quebradiços, com rasgos e perda de papel.

Os documentos textuais e os livros da biblioteca de Catullo Branco, documentação de maior volume, tiveram seus itens higienizados por trincha e com aplicação de esponja de borracha ("Pet Rubber") nas capas dos documentos e quando havia necessidade, de acordo com o nível de

sujidade. Todos os grampos, cliques e fitas adesivas foram retirados dos documentos. Foram realizadas algumas interferências nos documentos textuais como a consolidação de rasgos e para tal foi utilizado papel japonês e o adesivo metilcelulose (“Tylose”) diluído em água deionizada com pH neutro. Todos os documentos textuais foram acondicionados em bifólios de papel alcalino em 180g/m² e em 240g/m². Os bifólios de 240 g/m² têm a função de capa e substituíram algumas capas que estavam deterioradas. Estes documentos, por sua vez, foram acondicionados em caixas em polipropileno na cor cinza e em posição e abertura horizontal. As caixas foram confeccionadas em duas dimensões, uma vez que foi observado, no diagnóstico, que grande parte da documentação textual estava dobrada e que alguns destes documentos seriam abertos. Para tanto, adquirimos caixas em dimensão de 520mm x 370mm x 75mm e de 370mm x 260mm x 75mm.

Entre os documentos textuais constam fotografias, plantas e desenhos técnicos com diferentes processos de reprodução e materiais como papel fotográfico de gelatina e prata, caneta esferográfica, tinta ferrogálica, lápis, diazo (heliográfica), cianotipia (blueprint), aquarela, entre outros. Para manter estes documentos em seu local de ordenação, mas para impedir a migração de componentes de um material para outro, foram colocadas folhas de Filiset Neutro 68 g/m² para intercalar fotografias e folhas de poliéster 75 micra para os desenhos técnicos em diazo ou blueprint.

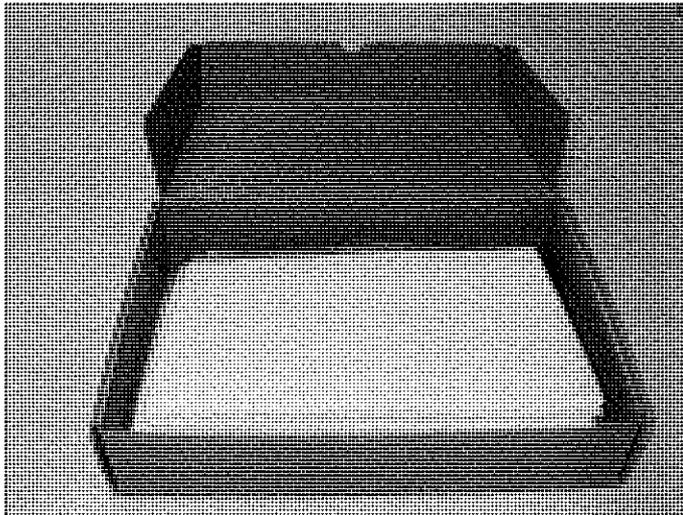
Os livros que compõem a Biblioteca de Catullo Branco não perderam sua unidade e foram armazenados em estantes de aço em armário deslizante, junto ao acervo da Biblioteca da Fundação Energia e Saneamento, também localizada no Núcleo de Documentação e Pesquisa.



Aspectos do acondicionamento anterior ao tratamento técnico.



Higienização dos documentos textuais. Autoria: Caio Mattos



Documentos acondicionados.



Armazenamento da documentação textual.

4.4 Documentação cartográfica

Para esta etapa do projeto, previmos a realização do diagnóstico, da higienização dos documentos e de seu acondicionamento provisório.

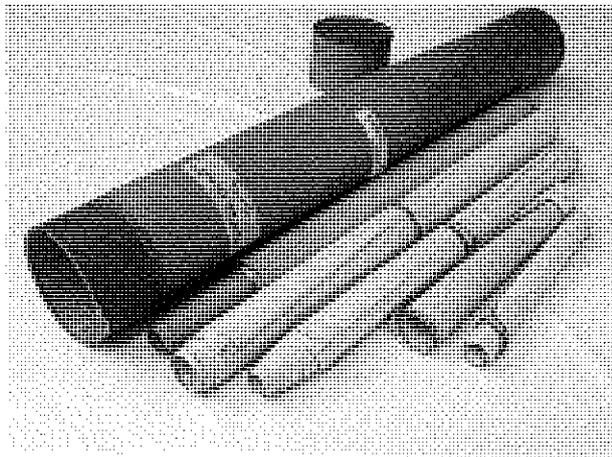
A documentação cartográfica constitui-se de mapas, plantas e desenhos técnicos. Estes, quando chegaram, apresentavam manchas, rasgos, grampos, etiquetas, partes faltantes, riscos, amarelecimento, perfurações e estavam enrolados, com vincos, dobras e amassados.

Os materiais utilizados no processo da produção são nanquim, grafite, tinta, giz, caneta hidrográfica, lápis preto e colorido, além de técnicas de reprodução como diazo e blueprint.

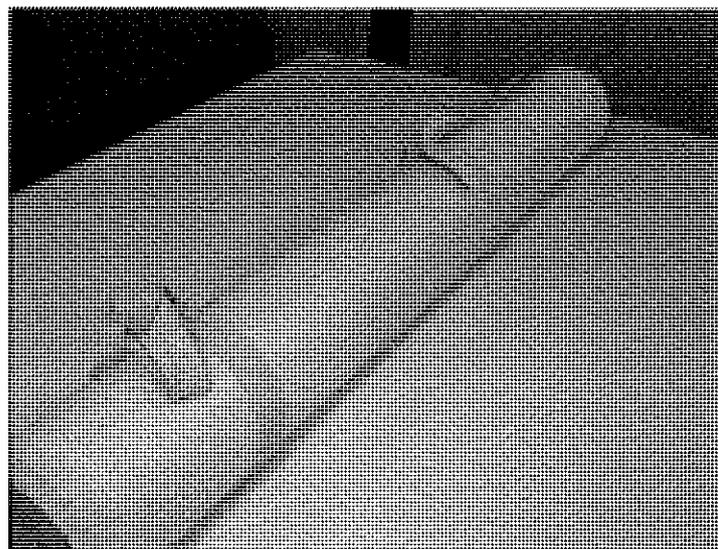
Para toda a documentação foi realizada a higienização com trincha e com borracha para conservação. Estes documentos foram acondicionados enrolados em volta de tubos de PVC encapados com poliéster. As plantas receberam folhas intercaladoras em papel Filiset Neutro 68

g/m² (no caso de plantas impressas em diazo e blueprint) ou em papel alcalino. Estes documentos cartográficos, enrolados nos tubos, foram cobertos com TNT (tecido-não tecido) de polipropileno e amarrados com fitas de algodão. Os tubos estão armazenados horizontalmente em estantes de armários deslizantes.

O diagnóstico da documentação cartográfica permitiu dimensionar as necessidades para outros tratamentos de estabilização, como reparos em plantas com rasgos, e a reprodução do conjunto, visando diminuir a necessidade de manipulação dos documentos originais pelos pesquisadores.



À esquerda, acondicionamento anterior ao tratamento e à direita, documentos durante a higienização, com acompanhamento da conservadora Fernanda Brito.



Documentos cartográficos acondicionados.

5. Divulgação e acesso

Todas as atividades de tratamento técnico realizadas visam otimizar as condições de acesso pelos pesquisadores aos documentos em seus diversos gêneros. Portanto, compreendemos que todas as ações de tratamento executadas possuem como fim último o acesso.

Além das ações relacionadas à organização e descrição dos documentos e à conservação, também foi realizada a digitalização de todas as ampliações fotográficas do fundo, sendo que 10% do total pode ser visualizada em Banco de Imagens através do endereço www.energiaesaneamento.org.br. Neste endereço também é possível ter acesso ao instrumento de pesquisa que identifica quais documentos fazem parte do fundo.

Os trabalhos realizados com o acervo foram divulgados através dos veículos de comunicação da Fundação Energia e Saneamento: o boletim interno Interligado, o boletim mensal Fique Ligado e o site.

Para fomentar a divulgação dos documentos, elaboramos projetos de exposições que têm como foco o arquivo de Catullo Branco. Existe um projeto de exposição itinerante aprovado em Lei Rouanet e que aguarda captação de recursos para sua execução.

6. Contribuição do projeto para a preservação e divulgação do arquivo

As atividades executadas possibilitaram fornecer um tratamento de conservação a todo o conjunto documental do fundo Catullo Branco. O novo acondicionamento dos documentos contribuiu para sua preservação e para seu acesso e interrompeu a continuidade de diversos danos físicos e químicos. Os documentos textuais que antes estavam acomodados em caixas menores do que o tamanho dos mesmos, causando abaulamento e rasgos, foram acondicionados em caixas adequadas; os documentos cartográficos que antes estavam reunidos em grande número em tubos de papelão com alto nível de acidez foram acondicionados em tubos rígidos devidamente preparados para guardar este material. Desta forma, fornecemos aos documentos cartográficos um acondicionamento diferente do que estava planejado no projeto inicial. Esta outra opção encontrada se mostrou mais adequada para a preservação. Também as fotografias, os negativos e os diapositivos, anteriormente guardados dentro de caixas de papelão, agora se

encontram em embalagens de poliéster e de papel Filiset Neutro. Desta forma, procuramos prolongar a durabilidade do documento, facilitar seu acesso e interromper a ação de diversos danos.

Além das ações de higienização e acondicionamento dos documentos, realizamos o controle ambiental dos depósitos com monitoramento e controle de temperatura e de umidade relativa. Desta forma, procuramos manter o acervo em ambiente adequado à sua preservação.

Uma vez que temos o conjunto documental devidamente organizado e conservado podemos divulgar sua existência ao público interessado com maior segurança. A partir do conhecimento que adquirimos sobre os documentos é possível também estabelecer critérios para ações de restauro que se façam necessárias e critérios para a realização da reprodução através da digitalização. Neste primeiro momento, a conservação das fotografias permitiu a execução da digitalização dos documentos, ação que contribui também para o acesso e para a preservação dos originais.



ANEXO I

Fundo Catullo Branco

Plano de Classificação

Vida Pessoal (VIP)	Memórias (MEM)	
	Homenagens e entrevistas (HOM)	
	Documento Pessoal (DOP)	
	Registro fotográfico (FOT)	
	Correspondência (COR)	
Atuação acadêmica (ACA)	Trabalhos diversos de Catullo Branco estudante (TRA)	
	Aulas ministradas (AMI)	
	Registro fotográfico (RFO)	
Atuação política (APO)	Revolução de 1924 (REV)	
	Revolução Constitucionalista de 1932 (REC)	Revolução de 32 (01) Registro fotográfico (02)
	Partido Comunista Brasileiro (PCB)	
	Campanha Eleitoral de Catullo Branco (CAM)	
	Atividade como deputado constituinte (DEP)	
	Liga de Defesa da Energia Elétrica (LDE)	
	Correspondência (COR)	
	Política e Relações internacionais (POR)	
	Agricultura e Reforma Agrária (ARG)	
Atuação Profissional (APR)	Inspetoria de Serviços Públicos (ISP)	Inspetoria de Serviços Públicos (01) Funcionalismo público (02) Registro fotográfico (03)
	Projetos de engenharia (PRE)	USELPA (01) Rumo a Caraguatatuba (02) Barra Bonita (03) Capivari Monosi (04) Usina do Turvo (05) Usina de Cubatão (06) Energia eólica / Registro fotográfico (07) Usina do Avanhandava (08) Aproveitamento dos rios Atibaia, Jaguari e Piracuama (09) Levantamento topográfico Nova Petrópolis (10) Coleção de mapas (11) Usina de Apiaí (12) Registro fotográfico (13)
	Correspondência (COR)	
	Estudo sobre energia elétrica (ESE)	Plano Estadual de Eletrificação (01) Fundo Federal de Eletrificação (02) Legislação e suprimentos de energia elétrica (03) Crise de energia elétrica (04) Custos e tarifas de energia elétrica (05) Dados estatísticos (06)
	Estudo sobre estrutura e construção de usinas (SEU)	Cimento e concreto (01) Túneis, barragens e turbinas (02) Postes e linhas de transmissão (03) Minério e siderurgia (04)
	Estudo sobre fontes alternativas de energia (ESA)	Fontes de energia alternativa (01)

	Estudo sobre empresas do setor elétrico (ESS)	Empresas elétricas independentes do estado de São Paulo (01) Light (02) Companhias hidrelétricas de outros estados (03) Usinas hidrelétricas internacionais (04) Energia em Portugal (05) Companhia Energética de São Paulo – CESP (06) Empresa e capital estrangeiro no Brasil (07)
	Estudos sobre aproveitamento dos rios (ESR)	Itaipu (01) Vale do Paraíba (02) Complexo Urubupungá (03) Rio São Francisco (04) Enchentes e abastecimento de águas em São Paulo (05)
	Estudos sobre transporte (EST)	Estradas de ferro (01) Transportes (02) Propaganda automobilismo (03)
	Organização do arquivo (ARQ)	
Produção intelectual (PRI)	Publicações (PUB)	Técnicas hidrelétricas (01) Originais de artigos publicados (02) O capital estrangeiro e a energia elétrica no Brasil (03) Instalações Eoleanas (04) Energia elétrica e bem-estar social (05) Fotogravura (06)
	Comunicações (COM)	Energia elétrica (01) Caraguatatuba (02) De Barra Bonita a Itaipu (03) Cidadão emérito de Barra Bonita (04) Aproveitamento de rios (05) Trabalhos diversos (06)
	Correspondência	
Viagem (VIG)	Dossiê de viagem (DOV)	Registro fotográfico de viagens (01) Viagem aos Estados Unidos da América (02) Catálogos de viagens (03) Viagem à ex-União Soviética (04)
	Correspondência (COR)	



ANEXO II

FUNDO CATULLO BRANCO:
OS DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Juliana Bauer de Oliveira PIMENTEL*
Maria Blassioli MORAES

Resumo: O artigo pretende discutir os problemas decorrentes da fragmentação de um fundo entre duas ou mais instituições de guarda e o desafio que se apresenta, no momento da organização, quando há a necessidade de compreender a lógica de sua acumulação. Para tanto, relataremos o caso da documentação acumulada pelo engenheiro Catullo Branco e doada por sua família, após a sua morte, para três instituições diferentes. Para a Companhia Energética de São Paulo - CESP foi doada a documentação referente à sua atividade profissional, ao Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP foi entregue parte de sua biblioteca e ao Instituto Astrojildo Pereira, criado por intelectuais vinculados ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, foi destinada a documentação referente à sua atuação política.

Palavras-chave Catullo Branco, princípio da proveniência, fragmentação

Abstract: This article intends to argue the decurrent problems of dispersion a documentary set between two or more institutions and the challenge that it presents at the moment of the organization when we have necessity to understand the logic of your accumulation. For in such a way we will present the case of the engineer Catullo Branco's documentation that was donated by his family, in occasion of his death, to three different institutions. To Companhia Energética de São Paulo - CESP, was donated the documentation referring to his professional activity, to the Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP, was delivered part of his library and to the Instituto Astrojildo Pereira, servant for intellectuals of the Brazilian Communist Party, was donated the documentation referring to his performance politic.

Key words: Catullo Branco, respect of the funds, dispersion

Ao iniciarmos a organização do fundo Catullo Branco, sobre o qual a Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento obteve, em 1998, a aquisição transmitida pela Companhia Energética de São Paulo – CESP, nos deparamos com problemas decorrentes da fragmentação de seu acervo entre várias instituições. A primeira dificuldade foi tomar conhecimento da totalidade da documentação e sobre a destinação que a família, por ocasião da morte do titular, tinha dado àquele conjunto. A segunda questão foi pensar sobre qual tratamento arquivístico daríamos a essa documentação, uma vez que ela se encontra sob a guarda de diferentes instituições, mas participou de uma mesma lógica de acumulação. São essas questões que pretendemos abordar, ao longo deste trabalho. Para tanto, optamos por

dividi-lo em quatro partes. Na primeira parte, apresentamos uma biografia resumida de Catullo Branco; na segunda, caracterizamos a documentação que está sob a guarda da Fundação Energia e Saneamento e, por fim, falamos de sua história arquivística e do caminho que estamos percorrendo para proceder à organização desse fundo.

Catullo Branco: sua trajetória

Catullo Flaquer Branco, filho de Joaquim Mateus Branco e de Olympia Flaquer Branco, nasceu na cidade de São Paulo, a 30 de maio de 1900. Viveu, com seus três irmãos, Branco, Plínio e Celina, numa família que apresentava contrastes ideológicos, pois, de um lado, o irmão de sua mãe, senador José Flaquer, defendia a manutenção da ordem política então estabelecida no final do século XIX, e, por outro lado, seu pai, Joaquim Branco, engenheiro, participava dos ideais abolicionistas e defendia o desenvolvimento dos serviços públicos considerados, hoje, como básicos, como a instalação de sistemas de esgotos e da iluminação elétrica nas cidades paulistas.¹

Em 1910, sua irmã Celina recebeu uma bolsa de estudos de violino, o que resultou na mudança da família para Bruxelas, Bélgica, onde permaneceu até o início da I Guerra Mundial. Em 1914, já de volta a São Paulo, passaram a viver no bairro da Bela Vista, próximo ao Largo do Coração de Jesus, local onde Catullo conheceu sua esposa, Josephina Murgel. Em 1918, ingressou na Escola Politécnica de São Paulo onde, em 1924, formou-se engenheiro, assim como seu irmão Plínio.

A partir de um curso ministrado pelo engenheiro Luiz e Anhaia Melo, no Instituto de Engenharia de São Paulo, e que discutia a otimização e fiscalização dos serviços de utilidade pública, os irmãos Plínio e Catullo tiveram maior contato com as questões relacionadas à regulamentação dos serviços públicos realizados pelas empresas concessionárias, tema que esteve sempre presente nas preocupações e estudos de Catullo.² Em 1928, Catullo Branco ingressou na Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, atuando no Serviço Ferroviário e, em 1930, passou a integrar a Inspeção de Serviços Públicos, órgão responsável pela fiscalização das empresas fornecedoras de energia elétrica e pela elaboração de projetos para novas usinas. Integrando a 1ª seção dessa repartição, Catullo participou de inúmeros projetos relacionados à engenharia hidrelétrica.

Idealizou e realizou inúmeros estudos sobre a energia eólica e a hidrelétrica e sobre o uso múltiplo dos recursos hídricos do Estado de São Paulo, os quais deram origem a publicações e manuais destinados aos alunos do Instituto de Tecnologia de São Paulo, para os quais Catullo lecionou. Seus estudos tinham como cerne a busca por melhores soluções para o aproveitamento dos recursos hídricos nacionais em regiões concedidas ou pretendidas por empresas estrangeiras, que detinham o monopólio sobre a produção de energia elétrica, no

Brasil. Desse impasse é que vai surgir a oposição de Catullo Branco em relação a The São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd. (a chamada Light), empresa que detinha a concessão para a produção e distribuição de energia elétrica, em São Paulo, e a The Electric Bond and Share Co., detentora de concessões para a produção e distribuição de energia em áreas como Jundiaí ao Rio de Janeiro e em outros Estados do país.

Também, nesse sentido, se deu a sua participação no movimento da Aliança Nacional Libertadora, na Revolução Constitucionalista de 1932, na qual atuou como capitão, no forte de Itaipu e, seu ingresso no Partido Comunista Brasileiro-PCB, pelo qual se candidatou e elegeu-se deputado constituinte, em 1946. Durante o período em que ocupou a cadeira na Assembléia, continuou a ressaltar a necessidade de desenvolver, no país, alternativas eficientes e econômicas para a produção energética. Para Catullo, o caminho para o desenvolvimento nacional estava pautado, sobretudo, no correto aproveitamento dos seus recursos naturais, em detrimento das concessões que empresas estrangeiras obtinham para explorar esses recursos que priorizavam, não o desenvolvimento econômico e social, mas o seu próprio enriquecimento. Um ano após ter sido eleito deputado estadual pelo PCB, teve seu mandato cassado, assim como ocorreu com todos os deputados eleitos pelo Partido, sendo que, na ocasião, proferiu o seu último discurso na Assembléia Legislativa, repudiando a cassação.

Ao longo dos 30 anos de atuação profissional na Secretaria de Viação e Obras Públicas, Catullo Branco esteve à frente de vários projetos e estudos hidrelétricos. Entre eles, podemos citar o realizado em Caraguatatuba, em Capivari-Monos e o de Barra Bonita como os mais significativos, tanto pelo caráter empreendedor, quanto pelo seu envolvimento em questões diretamente relacionadas à Light. Seus estudos resultaram em diversas publicações técnicas de livros como *Instalações Eólicas para produção de energia elétrica* (1935), *Produção hidrelétrica: fatores econômicos* (1936), *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil* (1975), e de inúmeros artigos divulgados em jornais e revistas especializadas.

Caraguatatuba

Os estudos hidrológicos realizados no curso superior do rio Paraíba foram iniciados pela Light, em 1921, e, cinco anos mais tarde, essa empresa obteve a concessão do governo paulista para a implantação de um projeto de aproveitamento hidrelétrico através da utilização das águas dos rios Peixe, Paraíba e Paraitinga, que vão formar o rio Paraíba. Por conta de seu alto custo que, de acordo com os estudos levados a cabo pela própria Light, necessitaria da instalação de usinas de bombeamento, o projeto acabou por não ser realizado.

Em 1938, já como engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas, Catullo Branco, juntamente com uma equipe de jovens engenheiros e auxiliares, realizou durante três anos um levantamento minucioso daquela área, mesmo sem possuir os recursos e equipamentos de que dispunha a Light. O projeto Caraguatatuba, apresentado por Catullo,

tinha como inspiração um modelo construído e visitado por ele, em 1941, no Vale do Tennessee, Estados Unidos. Em visita às obras do Tennessee Valley Authority (TVA), Catullo se surpreendeu com os múltiplos aproveitamentos dos rios desenvolvidos através daquele projeto, que possibilitava desde a produção de energia até a navegação fluvial e a irrigação. Esse projeto, percebido como modelo, passou a servir de fundamentação para os projetos realizados por ele, a partir de então.

O diferencial do projeto apresentado por Catullo estava, não só na criação de uma hidrovía, mas na implantação do sistema de controle de enchentes, na melhoria das condições de saneamento, no desenvolvimento do turismo e na irrigação das produções de arroz na várzea de Guaratinguetá, como também no reduzido custo da obra que viabilizaria a produção e a distribuição de energia por tarifas inferiores às praticadas pela Light. Porém, em 1946, a Light acabou por obter a concessão para o uso das águas do curso médio do rio Paraíba, o que resultou na implantação da Usina Nilo Peçanha, que, além de ter sido considerada uma obra antieconômica, provocou o secamento quase completo do rio, por causa do desvio de um volume muito grande de suas águas, impossibilitando outra utilização que se pretendesse realizar naquele rio.

Capivari-Monos

Durante o período da crise de fornecimento de energia elétrica, em 1942, a Estrada de Ferro Sorocabana demonstrou interesse em construir uma usina para seu próprio abastecimento, no rio Capivari. Catullo iniciou, então, os estudos necessários para a construção de uma usina naquela área, chegando mesmo a construir uma usina-piloto, no local. Devido ao grande número de animais silvestres que podiam ser encontrados naquela região, o engenheiro tinha previsto até a implantação de um jardim zoológico, pensando numa área de lazer para a população local.

Em virtude das pressões exercidas pela Light junto ao governo, a Estrada de Ferro Sorocabana foi impedida de realizar a construção da usina no rio Capivari e Catullo foi obrigado a entregar todos os estudos realizados sobre o projeto. Em 1958, com o projeto inicialmente pensado para a Sorocabana e alterado pela Light, esta empresa construiu uma usina e as águas do Capivari, ao invés de serem lançadas abaixo, foram bombeadas através de uma usina construída pela Light com esse propósito, a fim de chegarem à Represa Billings.³ Em virtude do alto custo para implantação de tal sistema, a Light e o Estado acordaram que caberia ao segundo as despesas referentes às obras da usina de bombeamento.

Barra Bonita

O esboço do projeto da usina hidrelétrica de Barra Bonita foi apresentado por Catullo Branco, em 1942, e também teve como inspiração o modelo Tennessee Valley Authority (TVA), sendo que seus estudos foram focados ao atendimento das necessidades da população local,

no controle de enchentes, na irrigação, no saneamento básico, no lazer, na piscicultura, além, claro, da produção de energia elétrica. Para a realização desses primeiros estudos, foram de grande valia as orientações do professor e engenheiro Arnaldo Pujol, da Escola Politécnica, para solucionar problemas referentes aos acidentes geológicos e à falta de recursos financeiros e tecnológicos.

O projeto da Usina de Barra Bonita foi o primeiro a prever a construção de uma eclusa para navegação e a introduzir o aproveitamento da energia hidráulica dos rios, que antes eram usados apenas nas cachoeiras. Em 1954, com o apoio do engenheiro Lucas Nogueira Garcez, então governador do Estado de São Paulo, o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, da Secretaria de Viação do Estado de São Paulo, autorizou a realização de novos estudos para o aproveitamento hidráulico integral de todo o curso do rio Tietê aos moldes do TVA. Porém, em 1958, devido a questões políticas, o governador do Estado, Jânio Quadros, determinou o afastamento de Catullo Branco do seu cargo no DAEE, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, o que, conseqüentemente, o impediu de atuar na execução do projeto.

A despeito de seu afastamento, as obras prosseguiram normalmente, contudo seu objetivo passou a ser exclusivamente a produção de energia elétrica. O restante do projeto, inspirado no modelo do Vale do Tennessee, foi desconsiderado. Somente em 1967, foi assinado um convênio entre os governos federal e estadual para que as obras de construção das eclusas e de canalização do sistema do Paraná -Tietê fossem retomadas. Seis anos depois, a eclusa de Barra Bonita começou a operar apenas para fins turísticos, sendo que, em 1980, foi inaugurada a hidrovía.

Em 1984, em visita à hidrovía, Catullo foi homenageado pela sua obra pioneira, tendo recebido nessa ocasião o título de Cidadão de Barra Bonita. Em 1989, dois anos após a sua morte, foi aprovada uma lei que regulamentava que a hidrovía Tietê-Paraná passaria a se chamar "Engenheiro Catullo Branco".

O fundo Catullo Branco na Fundação Energia e Saneamento

Como parte do processo de privatização do setor energético, ocorrido no final da década de 1990, evitando que a cisão das empresas implicasse a fragmentação de seu patrimônio cultural, a Secretaria de Estado de Energia e a direção das companhias energéticas decidiram instituir, em março de 1998, a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, instituição de direito privado e sem fins lucrativos. Em dezembro de 2004, foi estabelecida parceria com a Sabesp, a qual passou a integrar o rol de mantenedoras da Fundação, que agregou a missão de estabelecer e organizar o patrimônio histórico do setor de saneamento ambiental no Estado. Assim, a instituição passou a ser chamada Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento-FPHES, ou Fundação Energia e Saneamento.

Responsável pela guarda de 35 fundos e coleções institucionais e pessoais, a Fundação vem desenvolvendo, desde a sua criação, em 1998, inúmeros projetos visando à organização do acervo arquivístico. Totalizando aproximadamente 1500 metros lineares de documentos textuais, 254 mil documentos iconográficos e 8 mil documentos cartográficos, o arquivo da FPHES reúne, hoje, um dos mais importantes dentro das linhas de pesquisa de história da energia e da urbanização da cidade de São Paulo.

Dentre esses 35 fundos e coleções, está a documentação produzida pelo engenheiro Catullo Branco, ao longo de sua atividade profissional, como engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, de sua atividade política, de sua produção intelectual e documentos como correspondência e fotografias relacionadas a sua família. O conjunto documental compreende o período entre 1901 a 1987.

Apesar de grande parte da documentação ser proveniente da atuação de Catullo Branco como engenheiro, uma pequena parcela, mas significativa, refere-se à sua atuação no Partido Comunista Brasileiro e como deputado estadual. Destacamos a existência de correspondência com outros membros do Partido e da Assembléia Constituinte, textos de discursos e de palestras proferidos durante campanhas eleitorais, panfletos, manifestos, faixas e bandeiras com palavras de ordem.

A importância da documentação do fundo Catullo Branco se dá tanto por suas particularidades, apontadas anteriormente, como por sua complementaridade com outros acervos custodiados pela Fundação. Um exemplo desse fato é o Fundo Paolo Zingales, que, doado à Fundação pelo titular, em 2005, é composto de documentação referente à sua atividade profissional na CESP e em outras empresas de engenharia, no exterior. Constam documentos referentes aos projetos em que esteve envolvido, como o da Usina de Barra Bonita. Fazem parte, desse conjunto, desenhos técnicos de aspectos da usina, projetos, relatórios, além de registros fotográficos de acompanhamento das obras.

O fundo Catullo Branco é composto de 24 metros lineares, sendo que está disposto em caixas-arquivo de papel cartão, canudos, pastas e caixas de papelão, que guardam documentos textuais, cartográficos, clichês tipográficos e documentos fotográficos, como álbuns com ampliações, negativos 35mm, diapositivos em vidro flexível e fotografias avulsas. Ressaltamos que, em nosso diagnóstico, observamos que esses acondicionamentos são inadequados para a guarda, sendo que, posteriormente, serão reacondicionados.

A documentação textual compreende correspondência pessoal e profissional, artigos para jornais e revistas, comunicações proferidas em palestras, congressos e simpósios, de autoria de Catullo e de outros autores, rascunhos e minutas de livros, dossiês de projetos de engenharia, separatas de revistas, desenhos técnicos, relatórios de atividades, gráficos, panfletos, prospectos, textos de referência, recortes de jornais e de revistas, entre outros. Encontramos a documentação organizada por dossiês de assuntos e de projetos de

engenharia e acondicionada em caixas-arquivo. Cada caixa possui uma etiqueta, indicando o assunto ou o projeto a que a documentação se refere.

Detalhamos, a seguir, o conteúdo de 2 dossiês que comportam documentos textuais e cartográficos:

Dossiê: Projeto Usina de Barra Bonita

- Relatório de desenvolvimento dos trabalhos referente ao projeto de Barra Bonita (195-)
- Anteprojeto da Usina de Barra Bonita desenvolvido por Catullo (31/03/1951)
- Concorrência pública para fornecimento de equipamentos hidráulicos, elétricos e mecânicos e desenhos técnicos dos equipamentos (06/1956)
- Estudo sobre medidas de descarga nos rios Tietê – Barra Bonita, Paranapanema e Salto Grande (1944 e 45)
- Solicitação de informações do Executivo sobre o projeto de Barra Bonita (1956)
- Plantas e gráficos sobre Barra Bonita
- Recortes de jornais e revistas, entre eles “De Barra Bonita a Itaipu” (1979 – 1985)
- Documentação para contratação de especialista em construção de barragens
- Planta com perspectiva da futura Usina de Barra Bonita
- Planta de aproveitamento do rio Tietê para fins múltiplos
- Planta de aproveitamento hidráulico para o rio Tietê
- Quadro econômico comparativo das usinas de Barra Bonita e Salto Grande

Dossiê: Projeto Capivari-Monos

- Minuta do ajuste estabelecendo as condições para fornecimento de energia elétrica à Estrada de Ferro Sorocabana pela Light & Power
- Artigo “A energia elétrica e a Indústria” ano II, nº14, 04/1950
- Gráfico sobre racionamento de energia elétrica (1953-1961)
- Resumo dos estudos de aproveitamento do rio Capivari
- Plano geral dos trabalhos para montagem da Usina Capivari
- Mapa da linha de Mayrink a Santos
- Estudo sobre o dimensionamento da tubulação de alta pressão
- Correspondência enviada por Catullo ao diretor da Estrada de Ferro Sorocabana, Dr. Orlando D. Murgel, sobre a vantagem da implantação de uma usina própria para o abastecimento da EFSJ (1940)
- Relatório técnico da Usina de Capivari
- Projeto de reversão do rio Capivari

- Estudos para instalação de uma usina hidrelétrica na Capivari-Monos
- Palestra proferida por Catullo no Rio de Janeiro e em São Paulo sobre a Usina de Capivari-Monos
- Planta do local da usina provisória, mostrando o rio Capivari-Monos
- Planta topográfica da região entre o vertedouro e o RNF
- Planta geral entre a cachoeira e o RNF
- Planta de aproveitamento hidráulico do rio Capivari, mostrando boca de túnel entre as estacas 51 e 57
- Aproveitamento hidráulico do rio Capivari, planta de locação da boca do túnel
- Usina provisória do Capivari (casa de moradia para usineiro)

A documentação cartográfica do Fundo Catullo Branco encontra-se acondicionada em canudos e é composta por plantas, mapas e desenhos técnicos referentes aos projetos nos quais ele esteve envolvido e material de referência para demais estudos, além de documentação relacionada à sua atividade acadêmica como aluno da Escola Politécnica de São Paulo.

A documentação fotográfica compreende registros fotográficos de viagens de lazer e de trabalho, de familiares e de amigos. Registram aspectos de usinas e de barragens no Brasil e no exterior e os estudos de campo para produção de energia por fontes alternativas.

Os cerca de 250 clichês tipográficos são gráficos, tabelas, imagens de usinas e barragens que foram utilizados por Catullo Branco, para constarem de suas publicações.

O volume documental relativo às publicações inclui livros e revistas relacionados à produção de energia elétrica, engenharia hidrelétrica, aproveitamento de recursos naturais, crise de energia elétrica, concessões de serviços públicos a empresas estrangeiras, entre outras questões concernentes à sua atividade profissional. Esses documentos constituíam a biblioteca de Catullo Branco, sendo que outros segmentos da sua biblioteca encontram-se no Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP e no Arquivo Edgard Leuenroth - AEL/ UNICAMP. Dentre os periódicos existentes, podemos citar 4 coleções de revistas: *Revista Politécnica*, *Boletim do Instituto de Engenharia*, *Boletim Informativo da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Pernambuco* e *Revista de Engenharia*.

Fundo Catullo Branco: sua dispersão

Zillah Murgel Branco, sobrinha de Catullo Branco, foi responsável pela doação de seu arquivo e de sua biblioteca para instituições custodiadoras⁴ desses acervos. Pouco após a morte de Catullo, em 1987, iniciaram-se os processos de doações, quando seu acervo foi fragmentado entre diferentes instituições, escolhidas segundo a área de interesse sobre o

conjunto documental. O titular do conjunto desenvolveu, de um lado, intensa atividade política devido a sua atuação junto ao Partido Comunista Brasileiro-PCB e, por outro lado, atuou profissionalmente, como engenheiro, no desenvolvimento de projetos relacionados à produção de energia hidrelétrica e eólica. Portanto, seu arquivo, espelhando essas atividades, foi segmentado em dois grandes conjuntos – atividade política e atividade profissional. Tentou-se estabelecer um limite entre as atividades exercidas pelo titular, através da separação dos documentos acumulados, como se fosse possível dissociar suas experiências resultantes de sua atuação no partido político das desenvolvidas por meio do trabalho no serviço público. Num outro sentido, percebemos que houve a preocupação com o destino e com o tratamento que os documentos receberiam, pois, ao entregar tais conjuntos para instituições especializadas em áreas diretamente relacionadas ao teor da documentação, imaginou-se que estes receberiam a necessária atenção. Entretanto, desfazer a unidade de um fundo e separar documentos acumulados por um único organismo contradiz, justamente, o respeito aos fundos, o que resulta em obstáculos para a elaboração da classificação.⁵

Um segmento do fundo Catullo Branco, relacionado a sua atividade política, foi doado ao Instituto Astrojildo Pereira, fundado por membros do PCB, em 1985, com o objetivo de debater e difundir a cultura marxista e de preservar a memória da entidade. Em 1992, o PCB mudou seu programa e, portanto, também sua denominação para Partido Popular Socialista (PPS). Nesse momento, o Instituto Astrojildo Pereira transferiu o acervo, em forma de custódia, para o Centro de Documentação e Memória - CEDEM/ UNESP e para o Arquivo Edgard Leuenroth - AEL/ UNICAMP. Um problema detectado pelos técnicos dessas instituições foi o de identificar a proveniência dos documentos, uma vez que conjuntos de diferentes origens foram agregados ao arquivo e à Biblioteca do PCB. No CEDEM, os técnicos conseguiram identificar, até onde foi possível, documentos que pertenciam ao fundo Catullo Branco. Para isso, levaram em consideração alguns aspectos observados a partir de todo o conjunto documental recebido.

Primeiro, concluíram que o Arquivo do PCB datava, principalmente, das últimas décadas do século XX, desde os anos de 1970, e que existiam alguns documentos anteriores a essa data. Esses documentos, portanto, pareciam constituir um outro conjunto documental. Outros indícios observados foram assinaturas de Catullo Branco e de seus familiares, nos documentos. A partir dessas considerações, conseguiram reunir documentos que originalmente fizeram parte do fundo Catullo Branco. Estes totalizaram duas caixas-arquivo (0,28 metros lineares) de documentos textuais com recortes de jornais, manuscritos de artigos e de manifestos redigidos por Catullo Branco, correspondência, periódicos, entre outros relacionados a sua atividade política. Constam 135 fotografias que retratam a viagem que Catullo fez com sua esposa Josefina para a ex-União Soviética e existem, ainda, 21 pastas com reproduções de fotografias das áreas urbana e rural de São Paulo, do estúdio Lindemann e Gaensly, e com santinhos de candidatos do PCB, sobre as quais se questiona se fariam parte do fundo Catullo Branco. Deve-se levar em consideração a real possibilidade da existência de

outros documentos que constituíram o arquivo de Catullo e que, uma vez incorporados ao arquivo do PCB, não permitem mais sua reintegração ao outro conjunto, por não apresentarem nenhum dos aspectos acima relacionados, que permitiriam perceber sua origem.

A documentação do PCB que está sob a guarda do AEL refere-se à acumulada pela gestão do secretário-geral, Salomão Malina, e se reflete como publicações da editora Novos Rumos, periódicos, documentos administrativos do PCB e à Biblioteca do PCB, a qual também foi incorporada à Biblioteca originalmente pertencente a Catullo Branco. Através do site⁶ do AEL, é possível ter acesso aos títulos de folhetos e de periódicos desse conjunto e observando-os, percebemos que alguns se referem à produção de energia e às empresas do setor, portanto, fariam sentido na Biblioteca de Catullo, à qual deviam pertencer originalmente.

Também na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP existem livros que faziam parte da Biblioteca de Catullo, entretanto, neste caso não é possível identificar quais eram, pois foram incorporadas ao acervo do Instituto, sendo que não se possui listagem ou qualquer outro controle do que foi entregue pela família do titular.

Outro segmento do fundo Catullo Branco e que concerne à sua atividade profissional, foi entregue para a Companhia Energética de São Paulo – CESP⁷, a “título precário”⁸, em 08 de dezembro de 1988 e, no ano seguinte, se transformou em doação. São documentos textuais, iconográficos, cartográficos, tridimensionais e parte da Biblioteca, sendo todos documentos referentes à acumulação gerada pela atuação profissional de Catullo e, segundo Zillah Murgel Branco, este foi seu desejo.

A CESP criou, em Rio Claro, na Usina do Corumbataí⁹, a sala Catullo Branco, em homenagem ao engenheiro e que abrigou exposição de seus documentos. Em carta enviada à CESP, em 1992, Zillah M. Branco ressaltou que, em visita à Usina de Rio Claro, esteve na exposição, na qual notou que poucos documentos estavam expostos e também demonstrou sua preocupação sobre a possível dispersão do conjunto documental em diferentes unidades da CESP. Nesse momento, a doadora realmente apresentou a necessidade de se manter a unidade do conjunto que refletia a atividade do titular como engenheiro e, conseqüentemente, apresentava o desenvolvimento de seus projetos.

Na carta Zillah afirmou:

Fui informada de que a globalidade dos documentos reunidos por Catullo, bem como os instrumentos de trabalho por ele utilizados foram distribuídos entre várias seções de arquivo da CESP – biblioteca, mapoteca, etc – e que o material referente a Barra Bonita deverá ser exposto em outro museu, naquela região. Se me permite, apresento uma sugestão que corresponde também à idéia que meus irmãos e primos formulam, e foi expressa no ato da entrega à CESP do acervo técnico deixado por Catullo: a de manter a unidade de todos os elementos que compuseram os seus instrumentos de trabalho, numa exposição em que o

encadeamento histórico será o eixo explicativo dos múltiplos passos que determinaram o sentido da sua vida profissional.¹⁰

Zillah M. Branco, socióloga, percebeu que a dispersão do conjunto documental resultaria na desagregação da compreensão da trajetória do titular do arquivo.

Nesse período, a CESP estava desenvolvendo o Projeto Memória CESP, quando reuniu documentos considerados de caráter histórico e, portanto, de guarda permanente e provenientes das onze (11) empresas formadoras¹¹ e do engenheiro Catullo Branco. No ano seguinte ao envio da carta de Zillah, em 1993, a técnica responsável pelo Projeto explicou que a documentação arquivística e bibliográfica produzida pelo engenheiro formaria o fundo Catullo Branco.

No Almoxarifado Central da CESP, localizado na vila Leopoldina, em São Paulo, o arquivo de Catullo Branco sofreu intervenções que objetivaram sua organização. Quando foi entregue para essa empresa, os documentos estavam acondicionados em pastas e organizados em dossiês temáticos, por assuntos e por projetos de engenharia. Em 1989, a CESP produziu um instrumento de controle, no qual se descreveram os documentos por item documental, os quais foram acondicionados em caixas–arquivo. Pelo que pudemos perceber, a organização original, por dossiês, parece ter sido respeitada, mas também sofreu intervenções, quando foram criados novos dossiês temáticos para reunir os documentos. O *clipping* sobre Catullo, possivelmente feito por sua esposa Josefina Branco, também sofreu intervenções, quando os recortes de jornais foram colados em folhas brancas.

A partir de 1998 e devido ao processo de privatização das empresas energéticas, o arquivo permanente da CESP foi transferido para a recém–criada Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento (FPHES).

O resgate da unidade

O princípio de respeito aos fundos implica "...em não separar documentos provenientes de um determinado organismo, bem como em não misturar documentos provenientes de organismos diferentes..."¹² O arquivo de Catullo Branco passou por esses dois processos, primeiro ao ser fragmentado entre diferentes instituições e, em uma segunda etapa, quando teve parte de sua documentação incorporada a um fundo de maior dimensão.

Ao iniciar nossa pesquisa sobre a história arquivística desse fundo e ao procurarmos as outras instituições, notamos o empenho dos técnicos na tarefa de compreender a constituição do conjunto documental. As duas instituições que receberam o arquivo do PCB (CEDEM/ UNESP e AEL/ UNICAMP) destacaram que os documentos não possuíam organização arquivística e vemos, também, que novamente um fundo foi fragmentado entre

duas instituições. Essa fragmentação, talvez justificada pela grandiosidade do conjunto quanto a sua dimensão, obriga a um intenso e constante diálogo entre as duas entidades custodiadoras, processo decerto dificultado pela distância existente entre uma instituição localizada em São Paulo e a outra, em Campinas.

Foi esse diálogo que buscamos, ao iniciar o tratamento documental desse fundo. Como parte do diagnóstico, tivemos que reconstituir os passos desses fragmentos, desde sua destinação inicial, realizada através de Zillah Murgel Branco, sobrinha de Catullo Branco.

No CEDEM / UNESP, tivemos acesso à documentação textual e iconográfica, sobre a qual produzimos um instrumento de controle que está nos permitindo, com maior facilidade, estabelecer as conexões presentes entre os documentos guardados pela FPHEs e pelo CEDEM. Essas relações são evidentes e nos mostram que o arquivo não deveria, realmente, ter sofrido divisões.

Percebemos isto ao constatar que a documentação de caráter político não está guardada somente no CEDEM, mas que, também entre a documentação sob a guarda da FPHEs, existem rascunhos de cartas redigidas por Catullo para outros militantes comunistas e que discorrem sobre o monopólio da produção e distribuição de energia elétrica, em São Paulo; constam bandeiras do Partido Comunista Brasileiro, santinhos e folhetos de propaganda partidária, entre outros. Por sua vez, no CEDEM, há documentos relacionados mais diretamente às questões que se referem à distribuição de energia, além dos de âmbito do Partido. Não há dúvida de que essa fragmentação dificulta o trabalho do pesquisador, obrigado a percorrer diferentes instituições em busca do arquivo acumulado por uma única pessoa. Traz entraves também ao trabalho do arquivista, no que diz respeito à organização do conjunto, à sua classificação. Discutimos, neste momento, sobre a conveniência e possibilidade de estabelecer um único plano de classificação, considerando os documentos que estão sob a guarda da FPHEs e do CEDEM. Neste caso, os documentos continuariam fisicamente divididos, mas retomariam sua unidade, a partir deste trabalho intelectual.

Acreditamos não somente na necessidade de se manter a unidade do conjunto documental, mas também na impossibilidade de proceder a qualquer eliminação de documentos de um arquivo pessoal ou em alguma seleção mais rígida, mesmo realizada antes da doação e com consentimento da família. Ariane Ducrot¹³ defende a separação entre os documentos de gestão e os de criação, sendo que somente os primeiros deverão ser guardados no Arquivo. Assim, qualquer trabalho resultado de criação literária ou artística deve estar fora do arquivo. Outro exemplo de documentos que não deveriam ser guardados são os jornais, quando não estiverem diretamente relacionados a dossiês. Entretanto, todos esses documentos citados pela autora ocupam um lugar neste arquivo e foram produzidos ou acumulados por algum motivo, de modo que desconsiderá-los significaria colocar em segundo plano a trajetória do titular e sua própria seleção em relação à produção do conjunto documental. Os textos de criação também refletem as experiências do titular em todas as suas

áreas de atuação, sejam as passadas, sejam as mais recentes. Portanto, sobretudo, devemos respeitar tanto a organização documental estabelecida pelo titular, quanto a seleção que o próprio fez ao manter seu arquivo, considerando que essa prática também é representativa de sua atuação e de sua personalidade.

Devemos compreender que um arquivo pessoal difere, em muitos aspectos, de um arquivo de uma empresa, pública ou privada e, portanto, possui particularidades que devem ser respeitadas.

Uma vez que guardamos um arquivo pessoal num arquivo permanente, em decorrência de seu valor secundário, ou seja, histórico, então não devemos guardar somente os documentos de gestão. Uma seleção nesse sentido justifica-se para a guarda de documentos devido ao seu valor primário, isto é, administrativo.

Entre a documentação que Zillah Murgel Branco doou para a CESP e que agora está sob a guarda da Fundação Energia e Saneamento, estão os móveis do escritório de Ctullo Branco, como cadeira, prancheta para desenho com banquetas, fichário de madeira; instrumentos de trabalho como régua T e máquina de escrever; modelos técnicos, como o de uma turbina, de transformador de energia; pás de madeira para a propulsão de energia eólica, enrolamento de motor elétrico, um capacete usado, inicialmente, durante a Revolução Constitucionalista de 1932 e, posteriormente, como equipamento de proteção individual, e uma maquete da usina de Barra Bonita. Esses objetos foram incorporados ao Museu da Energia da FPHES e sua catalogação no Banco de Dados do Museu permite resgatar a origem dos objetos, ou seja, seu titular e o doador. Outros objetos, como clichês tipográficos, utilizados por Catullo nas publicações de seus artigos e livros, estão guardados junto a seu arquivo, mas, por serem tridimensionais, justificariam a transferência para o mesmo Museu que já guarda outros objetos do mesmo conjunto. Procedendo dessa forma, acabaremos por definir que o arquivo guardará somente os documentos que não sejam tridimensionais.

Não entraremos nessa discussão, neste artigo, pois discutir o que é documento de arquivo e de museu implicaria outro foco, que não é o nosso, neste momento. Ressaltamos, entretanto, a necessidade e a obrigação que o arquivo tem de controlar a tramitação e o destino de todos os itens de um conjunto documental, já que, em não havendo a possibilidade de manter a unidade física de um fundo, deve-se, ao menos, objetivar a manutenção de sua unidade intelectual.

Notas

* Juliana Bauer de Oliveira Pimentel é arquivista na Fundação Energia e Saneamento, possui graduação em História, especialização em organização de arquivos pelo IEB/USP e pós-graduação em História, Sociedade e Cultura pela PUC/SP. Maria Blassioli Moraes é arquivista na Fundação Energia e Saneamento, possui graduação em História, mestrado em História Social pelo Departamento de História/USP e especialização em organização de arquivos pelo IEB/USP.

-
- ¹ BRANCO, Zillah Murgel. Vida e luta de Catullo Branco. In: *Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 285 p.
- ² COSTA, Hélio B. Um depoimento histórico de Catullo Branco. In: *Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 285 p.
- ³ BRANCO, Catullo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975, 136 p.
- ⁴ Responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 62.
- ⁵ DUCHEIN, Michel. *O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos*. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. Arq & Adm., Rio de Janeiro, 10-14 (1): 14-33, abr.1982 / ago.1986.
- ⁶ UNICAMP. *Sistema de Arquivos – SIARQ*. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael/iap/website-ael/iap_pianilhaisad.htm> Acesso em: 17 out. 2006.
- ⁷ A Centrais Elétricas de São Paulo S.A, CESP, foi criada em 1966 como resultado da fusão de 11 companhias energéticas. Entre 1968 e 1975, outras três companhias integraram a CESP e, em 1977, ocorreu a mudança de sua razão social, passando a denominar-se Companhia Energética de São Paulo. Em 1998, como resultado da privatização, a CESP passou por cisão, quando foram privatizadas duas empresas de geração cindidas: a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema S.A. e a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, AES Tietê.
- ⁸ Memorando ADC – 042/88. Resposta redigida pela advogada Neuza Miguel Magalhães, em 01 de julho de 1989, quanto ao questionamento sobre o instrumento de doação do arquivo de Catullo Branco para a CESP. Fundo Catullo Branco. Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento.
- ⁹ A Usina do Corumbataí, inaugurada em 1895, utiliza o potencial hidrelétrico do Rio Corumbataí e do Ribeirão Claro. Em 1970, foi desativada e, em 1979, restaurada sob supervisão do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – Condephaat, sendo oficialmente tombada em 1982. Em 1999, passou para a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, empresa cindida da Cesp e, no mesmo ano, veio a integrar o acervo da Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento. É um museu vivo que dispõe de uma casa de máquinas e onde os visitantes têm a oportunidade de conhecer uma Usina do século XIX, além de uma extensa área verde.
- ¹⁰ Carta enviada por Zillah Murgel Branco para Paulo Molina Bedran, gerente da Divisão de Documentação e Controle, CESP. Estoril, Portugal, 23 de dezembro de 1992. Fundo Catullo Branco. Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento.
- ¹¹ Atualmente, os arquivos das empresas formadoras da CESP estão sob a guarda do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento.
- ¹² DUCHEIN, Michel. *O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos*. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. Arq & Adm., Rio de Janeiro, 10-14 (1): 14-33, abr.1982 / ago.1986. p.26.
- ¹³ DUCROT, Ariane. *A classificação dos arquivos pessoais e familiares*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>> Acesso em: 05 set. 2006.